

Só Questões

Concurso Público - Ano 2019

700

QUESTÕES

FUNDAMENTADAS

DO

CÓDIGO ELEITORAL

Art. 1º ao 233

O Diferencial das Concursos



Acerte o alvo!

Wilma G. Freitas

700

Questões Fundamentadas do
Código Eleitoral – art. 1º a 233

APOSTILA AMOSTRA

**Para adquirir a apostila de 700 Questões Fundamentadas do
Código Eleitoral – art. 1º a 233**

acesse o site:



SUMÁRIO

Apresentação	3
Dos Órgãos da Justiça Eleitoral.....	4
Do Alistamento.....	55
Do Sistema Eleitoral.Dos Atos Preparativos da Votação Do Material para Votação.....	110
Da Votação. Da Apuração.....	168
Respostas.....	220
Bibliografia.....	331

APRESENTAÇÃO

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

Atualmente os concursos para provimento de vagas nos Tribunais Regionais Eleitorais estão entre os mais concorridos, demandando do candidato preparo e dedicação absoluta.

Os artigos. 1º ao 233 do Código Eleitoral são constantemente exigidos no conteúdo programático dos editais das principais bancas nos concursos públicos dos TREs.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura do Código Eleitoral a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A apostila de 700 questões fundamentadas do Código Eleitoral - Lei 4.737/65 é mais um instrumento colocado à disposição do concursando para auxiliá-lo no alcance de seu objetivo.

Garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações na legislação durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

QUESTÕES**1. Assinale a alternativa abaixo que apresenta uma atribuição do Tribunal Regional Eleitoral.**

- a) Processar e julgar os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juízes eleitorais em 60 (sessenta) dias da sua conclusão para julgamento, sem prejuízo das sanções aplicadas pelo excesso de prazos;
- b) Nomear preparadores, unicamente dentre nomes indicados pelos juízes eleitorais, para auxiliarem o alistamento eleitoral;
- c) Aplicar punição de demissão aos servidores efetivos dos Tribunais Regionais;
- d) Processar e julgar ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentre de cento e vinte dias de decisão irrecorrível, possibilitando-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado;
- e) Julgar os recursos das decisões dos juízes eleitorais que concederem mandado de segurança.

2. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

Os Juízes despacharão todos os dias em que não houver audiência na Justiça Comum na sede da sua Zona Eleitoral.

- () **FALSA.**
- () **VERDADEIRA**

3. Aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais compete ao:

- a) Próprio Tribunal Regional.
- b) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- c) Corregedor-Eleitoral.
- d) Procurador-Regional.
- e) Tribunal Superior Eleitoral.

4. Analise a veracidade das frases.

- I. De todas as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais cabem recursos ao Tribunal Superior Eleitoral.
- II. De todas as decisões dos Juízes Eleitorais cabem recursos o Tribunal Regional Eleitoral.
- III. De todas as decisões das Juntas Eleitorais cabem recursos ao Tribunal Regional Eleitoral.
- IV. De todas as decisões do Tribunal Superior Eleitoral cabem recursos ao Supremo Tribunal Federal.

O número de assertiva(s) correta(s) é(são):

- a) Nenhuma.
- b) Uma.
- c) Duas.
- d) Três.
- e) Quatro.

5. Complete a lacuna

.....a recondução do Procurador Geral Eleitoral.

- é possível
 não é possível

6. Assinale a alternativa falsa.

- a) As atribuições do Corregedor- Regional serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.
- b) Cabe ao Tribunal Superior Eleitoral apreciar recurso especial contra decisão de natureza estritamente administrativa dos Tribunais Regionais.
- c) A lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça para a escolha de advogados para o Tribunal Regional Eleitoral será enviada ao Tribunal Superior Eleitoral.
- d) É da atribuição do Procurador-Geral Eleitoral representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais, especialmente quanto à sua aplicação uniforme em todo o País.
- e) Compete ao Tribunal Superior Eleitoral autorizar a contagem dos votos pelas Mesas Receptoras nos Estados em que essa providencia for solicitada pelo Tribunal Regional respectivo.

7. Complete a lacuna.

O status de cidadão é adquirido com o(a)..... .

- Alistamento
 Eleição

8. Analise a veracidade das frases.

- I. Para o efeito da inscrição, o conceito de domicílio eleitoral confunde-se com o domicílio civil, agindo o ânimo definitivo do eleitor na fixação da residência.
- II. Se o requerente do alistamento possuir mais de uma residência, considerar-se-á como domicílio eleitoral o de maior Antigüidade.
- III. O alistamento se faz mediante a qualificação e inscrição do eleitor.

Está(ao) correta(s):

- a) Nenhuma.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

9. Analise a veracidade das frases.

- I. Para o alistamento eleitoral, o requerente deverá ser acompanhado de três retratos recentes e do certificado de quitação do serviço eleitoral entre outros documentos.
- II. Para fins do alistamento eleitoral, todos os documentos deverão ser apresentados originalmente, não se admitido fotocópia autenticada, salvo em caso de extravio, com a aprovação do Juiz Eleitoral.
- III. A certidão de nascimento é documento obrigatório do alistamento eleitoral.

Está(ao) correta(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) Nenhuma.

10. Analise a veracidade das frases.

- I. São aplicáveis aos indígenas integrados, reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, nos termos da legislação especial (Estatuto do Índio), as exigências impostas para o alistamento eleitoral, inclusive de comprovação de quitação do serviço militar ou de cumprimento de prestação alternativa.
- II. Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido de alistamento serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário.
- III. Mensalmente o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência.

Está(ao) correta(s):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.

e) Nenhuma

11. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.

O registro de candidato a eleições pode ser promovido por Delegado de partido, autorizado em documento autêntico, inclusive telegrama de quem responda pela direção partidária e sempre com assinatura reconhecida por tabelião.

() FALSA

() VERDADEIRA

12. Complete a lacuna.

Funcionário as Mesas Receptoras nos lugares designados pelos Juízes Eleitorais..... dias antes da eleição, publicando-se a designação.

() trinta

() sessenta

13. Acerca do registro dos candidatos, analise a veracidade das frases:

- I. O prazo de entrada em cartório ou na Secretaria do Tribunal, conforme o caso, de requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às dezenove horas do dia 31 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- II. Até trinta dias antes da data das eleições, todos os requerimentos, inclusive os que tiverem sido impugnados, devem estar julgados pelas instâncias ordinárias, e publicadas as decisões a eles relativas.

- III.** As convenções partidárias para a escolha dos candidatos serão realizadas, no máximo, até 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

Está(ão) correta(s):

- a) I, II e III, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I, III, apenas;
- e) Nenhuma

RESPOSTAS

1.

Resposta: E
Fundamento
Art. 29, I, “g” do CE
Art. 30, XI do CE (revogados pela Lei 8.868/94)
Art. 30, XV do CE
Art. 29, II, “a” e “b” do CE
Art. 29, II, “b” do CE

2.

Resposta: F
Fundamento
Art. 34 do CE.
Comentário: Os juízes afastados, por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça Comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

3.

Resposta: E
Fundamento
Art. 23, IV do CE e Res. do TSE nº 21.842/2004

4.

Resposta: C
Fundamento
Estão corretas as assertivas II e III
Art. 29, Parágrafo único do CE
Art. 265, caput do CE
Art. 265, caput do CE
Art. 281, caput do CE

5.

Resposta: é possível
Fundamento

Art. 24, caput do CE e Art. 25, caput da LC nº 75/93

6.

Resposta: B
Fundamento
Art. 26, § 1º do CE
Art. 29, Parágrafo único do CE
Art. 25, § 1º do CE e Res. TSE nº 21.461/2003
Art. 72, caput, Parágrafo único, 74, caput da LC 75/1993
Art. 23, VIII do CE

7.

Resposta: Alistamento
Fundamento
Art. 14, § 1º da CF e Art. 4º do CE
Comentário: O alistamento antecede o voto e se realiza com a qualificação do indivíduo perante a Justiça Eleitoral e a inscrição do eleitor no corpo eleitoral. O alistamento é a viabilização do exercício efetivo do direito de voto.

8.

Resposta: E
Fundamento
Art. 42, caput, Parágrafo único do CE
<u>Domicílio civil</u> é o lugar onde a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo. É o local do exercício de direitos e do cumprimento das obrigações.
<u>Domicílio Eleitoral</u> é o local onde o eleitor tem vínculo subjetivo, tais como: social, familiar, patrimonial e político.

9.

Resposta: E
Fundamento
I. Art. 5º, § 4º da Lei 7.444/85
II. Art. 6º, §§ 2º, 3º da Lei 6.996/82
III. Art. 44, I ao V do CE. Art. 13, caput Res. TSE nº 21.538/2003

10.

Resposta: A
Fundamento
I. Conforme posicionamento majoritário do TSE: “Alistamento eleitoral. Exigências. São aplicáveis aos indígenas integrados, reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, nos termos da legislação eleitoral(Estatuto do índio), as exigências impostas para o

700

Questões Fundamentadas do
Código Eleitoral – art. 1º a 233

alistamento eleitoral, inclusive de comprovação de quitação do serviço militar ou de cumprimento de prestação alternativa”. RES. N° 20.806, de 15/05/2001.
II. Art. 45, § 4º do CE
III. Art. 45, § 6º do CE

11.

Resposta: V
Fundamento
Art. 97, caput do CE e Art. 11, § 4º da Lei 9.504/97

12.

Resposta: sessenta
Fundamento
Art. 135, caput do CE

13.

Resposta: E
Fundamento
Art. 93, caput do CE
Art. 93, § 1º do CE
Art. 93, § 2º do CE

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988): Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 34ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 17ª Ed. rev. Atualizada. Editora Método, 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 13ª. ed. rev. e atual. – Brasília : TSE, 2018.

CE - LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965: Institui o Código Eleitoral.

LC 64_1990 - LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990: Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995: Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997: Estabelece normas para as eleições.

DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001: Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.

LEI No 6.236, DE 18 DE SETEMBRO DE 1975: Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

LEI Nº 6.996, DE 7 DE JUNHO MAIO DE 1982: Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983: Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

LEI Nº 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985: Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências

Resolução TSE 21.538/2003: Dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016: Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

PROVIMENTO Nº 1 - CGE, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017: Define orientações para a execução dos procedimentos para cancelamento de inscrições e regularização de situação de eleitores que deixaram de votar nas três últimas eleições.

RESOLUÇÃO Nº 23.510, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017: Autoriza a expansão do projeto de modernização dos serviços eleitorais voltados ao pré-atendimento do cidadão, via Internet, para requerimento de operações de alistamento, transferência e revisão por brasileiros domiciliados no exterior, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 23.518, DE 5 DE ABRIL DE 2017: Altera disposições das Resoluções-TSE nºs 21.538, de 14 de outubro de 2003; 23.234, de 25 de março de 2010; e 23.440, de 19 de março de 2015.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017: Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

LEI Nº 13.487, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017: Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão

LEI Nº 13.488, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017: Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

700

Questões Fundamentadas do
Código Eleitoral – art. 1º a 233

COMO ADQUIRIR

40,00	700 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO CÓDIGO ELEITORAL - Arts. 1º ao 233
--------------	-----------------------------------------------------------------------------

**Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento
através de:**

A) Depósito em conta

Favorecida: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: BRADESCO

Agência: 3065(Teófilo Otoni-MG)

Conta: 10039-0 (Corrente e poupança)

CPF: 049.774.563-19

OU

Favorecido: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: CAIXA

Agência: 3662 (Teófilo Otoni-MG)

Operação: 013

Conta: 10964-9 (poupança)

CPF: 049.774.563-19

E


Favorecido: Vivian Alves Gomes de Freitas

Banco: Banco do Brasil

Agência: 0099-X (Cajazeiras)

Conta: 29563-9 (Conta corrente)

CPF: 049.774.563-19

Envie para o nosso e-mail odiferencialconcursos@bol.com.br ou pelo
WhatsApp: (33) 991155186  os dados do depósito e o nome da
apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site www.odiferencialconcursos.com.br . Logo abaixo da apostila
tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.

OBSERVAÇÃO: Depois de concluída a negociação através de
depósito ou do Pague seguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA
DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou
SPAM.

Maiores esclarecimentos:

TIM 041 (33) 99161.3584

OI 031 (33) 98897-7616

WhatsApp: (33) 991155186 

E-mail: odiferencialconcursos@bol.com.br

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)